

História de vida, produção literária e trajetórias urbanas da escritora negra Carolina Maria de Jesus¹.

José Carlos Gomes da Silva²

RESUMO

Focalizo neste artigo a história de vida e a produção literária da escritora negra Carolina Maria de Jesus. Argumento que seus escritos possuem um importante valor documental. Permitem compreender não apenas a trajetória individual da própria escritora, mas também situações coletivas relacionadas com as transformações urbanas que afetaram mais diretamente os negros e os migrantes pobres, indivíduos que chegavam aos milhares à cidade de São Paulo em meados do século passado. Verifico nas obras a forma como a autora viu e registrou os temas da segregação urbana e a discriminação racial. Analiso as produções como parte da literatura negra marginalizada. Concluo que por meio das narrativas que nos legou podemos acessar as vozes silenciadas dos segmentos marginalizados no contexto das reformas urbanas paulistanas patrocinadas pelo poder público.

PALAVRAS-CHAVES: educação informal, literatura negra, história de vida.

Um cenário para Carolina

Carolina Maria de Jesus chegou à capital paulista em 1937. Na condição de mulher negra, migrante e pobre, experimentou as difíceis condições de vida propiciadas por uma metrópole em transição. A industrialização, o principal fator das mudanças, havia ingressado em uma nova fase atraindo o trabalhador nacional de diferentes estados. Novas categorias sociais como os retirantes da seca, nordestinos e negros surgiam na cena urbana até então marcada pela presença dos imigrantes. Sabemos muito pouco sobre a forma como os migrantes enfrentaram os desafios da cidade naqueles tempos. Por meio dos escritos de Carolina nos foi possível, entretanto, acessar alguns fragmentos destas experiências.

O domínio da leitura e da escrita, após cursar as duas primeiras séries do antigo primário, possibilitou à autora atuar como cronista do seu tempo. A aquisição da cultura escrita não permaneceu, porém, limitada aos anos iniciais da escolarização formal. O interesse pessoal pela literatura brasileira a transformou em leitora autônoma. Lia com frequência livros que eram doados, emprestados pelos patrões ou recolhidos do lixo urbano. O empenho pessoal em ultrapassar a exclusão do universo da cultura escrita é um dos temas mais comoventes na história de vida de Carolina. Ainda no final da vida a vemos empenhando-se no sentido de ampliar os conhecimentos sobre a *norma culta*.

¹ “Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil.” O texto é produto de um estágio de pós-doutorado na UNICAMP (2006-2007).

² Professor de Antropologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Realizar, neste momento, em conjunto com a filha Vera Eunice, as lições que esta trazia da escola era uma forma de tentar superar tardiamente os limites de um saber que lhe fora negado.

Embora Carolina tenha se ocupado nas narrativas, poemas e peças teatrais de episódios situados no âmbito da vida pessoal e familiar, reportava-se com frequência a questões que diziam respeito às camadas populares paulistanas. Nas páginas da sua principal obra, *Quarto de despejo*, encontramos registros sobre a expulsão das camadas populares das regiões centrais, sobre a precariedade dos transportes coletivos, as péssimas condições de moradia em cortiços e favelas. *Quarto de despejo* causou profundo impacto na opinião pública dos anos 60 porque pela primeira vez uma voz marginalizada, legitimada pelo falar “desde dentro” aparecia questionando as mazelas da política desenvolvimentista. O livro, embora escrito de forma autobiográfica, deixava evidente que as dificuldades enfrentadas na vida pessoal eram as mesmas compartilhadas por milhares de migrantes anônimos.

O cenário que Carolina e os demais migrantes encontraram nos anos cinquenta era ainda marcado pela primeira forma de segregação socio-espacial paulistana. A planta urbana apresentava como características principais a concentração das atividades econômicas e a moradia nas regiões centrais³. Os trabalhadores industriais e do setor doméstico residiam, por exemplo, próximos aos locais de trabalho, nas imediações das fábricas e das mansões das elites. A disposição espacial das diferentes classes sociais, embora possibilitasse o encontro dos desiguais nos espaços públicos, obedecia a hierarquizações de natureza socioeconômica. As camadas populares se fixavam nas terras baixas, sujeitas às inundações dos rios e córregos, enquanto as elites ocupavam as terras altas, situadas em bairros como Campos Elíseos, Higienópolis e outros que se encaminhavam rumo ao espigão da Avenida Paulista⁴.

O cortiço tornou-se por esse período a forma mais comum de habitação popular. Localizavam-se majoritariamente na região central, em bairros como Brás, Bexiga e Barra Funda. Havia se constituído inicialmente em alternativa de moradia destinada aos imigrantes que aportavam na cidade desde as primeiras décadas do século XX.

³ “A primeira forma de [segregação sócio-espacial] estendeu-se do final do século XIX até os anos 1940 e produziu uma cidade concentrada em que os diferentes grupos sociais se comprimiam numa área urbana pequena e estavam segregados por tipos de moradia. A segunda forma urbana, a centro-periferia, dominou o desenvolvimento da cidade dos anos 40 até os anos 80”. In: Caldeira, Tereza Pires do Rio. *Cidade de muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo, EDUSP/Ed. 34, 2000, p. 211.

⁴ Ver a propósito, Rolnick, Raquel. “São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política”, In: Kowarick, Lúcio (org.). *As lutas sociais e a cidade*. São Paulo e Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

Porém, a partir dos anos 40 novas construções tiveram prosseguimento, porém, desta feita, com o objetivo de atender as demandas do trabalhador nacional.

Do ponto de vista arquitetônico considerava-se um cortiço o conjunto de cômodos geminados “que davam para um pátio ou corredor, e que tinham banheiro, cozinha e tanque coletivos”⁵. Havia, porém, uma segunda forma de moradia popular, ainda mais precária visível na *paisagem urbana*, eram os porões, espaços inferiores das casas construídas pelos imigrantes, inicialmente destinados a armazenar objetos de pouco uso. A forte demanda por moradia e os baixos custos do aluguel transformaram, no entanto, essa modalidade em opção especialmente para os negros, por isso, em alguns bairros tradicionalmente ocupados pelos espanhóis, italianos e portugueses surgiram aglomerações que progressivamente adquiriram as características de “territórios negros”⁶.

Na metade do século passado essa primeira forma de segregação socio-espacial, marcada pelo adensamento nas regiões centrais, começou a dar sinais de esgotamento. Uma nova ordem econômica passou a exigir redefinições no sentido de assegurar o fluxo mais intenso de mercadorias. Coube especialmente ao poder público promover as principais ações no sentido de assegurar a remodelação das edificações e o alargamento das vias outrora destinadas às carroças e bondes. Nesse novo contexto, os cortiços passaram a ser vistos como formas inadequadas de habitação humana. O discurso higienista que servira de justificativa ideológica para as intervenções em décadas anteriores, quando a metrópole era assolada por epidemias, foi mais uma vez acionado. As habitações populares foram mais uma vez estigmatizadas, classificadas como insalubres e inóspitas, focos de “doenças físicas” e “morais”. Foram estas as conclusões da primeira conferência sobre a “Moradia Econômica” patrocinada em 1941 pela prefeitura por meio do IDORT (Instituto do Desenvolvimento Racional do Trabalho), quando então, intelectuais, técnicos e administradores concluíram pela mudança do padrão histórico de moradia popular simbolizado pelos cortiços.⁷

A erradicação das chamadas “casas de cômodos” foi definitivamente integrada à pauta do processo de remodelamento do espaço urbano. Estima-se que em meados da

⁵ Rolnick, op. cit., p. 80.

⁶ Os territórios negros se situavam particularmente nos bairros da Barra Funda, Bela Vista e Baixada do Glicério. Embora segregados, esses locais foram transformados culturalmente, tornando-se espaços referenciados na cultura afro-brasileira. O principal símbolo de distinção, no caso, era o cordão carnavalesco, precursor das escolas de samba. Ver a propósito, Silva, José Carlos Gomes da. *Os sub-urbanos e a outra face da cidade. Negros em São Paulo, cotidiano, lazer e cidadania*. Dissertação de mestrado, Unicamp, 1990; “Negros em São Paulo: espaço público e cidadania”. In: Niemeyer, Ana Maria e Godoi, Emília P. (orgs.). *Além dos territórios*. São Paulo, Mercado de Letras, 1998.

⁷ *Revista do Arquivo Municipal*, nº 82, 1942.

década de quarenta cerca de 10 a 15% da população tenham sido obrigadas a abandonar as residências⁸. Os moradores procuraram resistir politicamente por meio de associações como a Liga dos Inquilinos, mas não conseguiram deter as ações do *poder urbano*. A nova segregação espacial se impôs sem quaisquer considerações em relação ao direito das classes populares à moradia. Coube ao próprio Estado improvisar abrigos precários no intuito de amenizar a situação dos pobres lançados ao relento⁹, porém, essas medidas serviram apenas para oficializar o novo drama da habitação doravante deslocado para as favelas.

O sentimento íntimo do estado de abandono coletivo experimentado pelas camadas populares durante processo de transição para um novo padrão urbano foi apreendido subjetivamente por Carolina. A escritora descreveu as transformações em curso enquanto sujeito social e cronista. Narrou o que viu, ouviu e sentiu do ponto de vista dos migrantes pobres, dos negros e favelados. *Quarto de despejo* - sua principal obra – contém relatos de uma gama de situações repetitivas, marcadas pelo racismo, fome e miséria, que vitimavam milhares de pessoas que padeciam situações idênticas àquelas que experimentava pessoalmente. Embora a narrativa literária tenha se desenvolvido em um plano microscópico, subitamente a vemos deslocar-se para o âmbito macro-político. Surgem então nestes casos, expressões indignadas, endereçadas aos representantes do poder público, identificados como principais responsáveis pelas adversidades que os pobres enfrentavam na vida urbana.

Quando abandonamos as rudezas da vida cotidiana na cidade e nos deslocamos para o contexto literário dos anos 60, verificamos que a situação não se apresentava menos adversa para Carolina. Por essa época, até mesmo as mulheres “brancas e bem nascidas”¹⁰ experimentavam dificuldades de inserção no mundo predominante masculino das letras. Também a história da nossa literatura não registrava até aquele momento a presença de escritoras negras. Apenas recentemente os escritos da poetisa negra Auta de Souza (1876-1901) foram descobertos. A história de vida de Carolina confirma que o fato de ter se tornado escritora foi algo realmente inusitado: era migrante, residia na favela do Canindé e vivia da reciclagem do lixo urbano, estudara

⁸ Bonduki, Nabil “Crise de habitação e a luta política no pós-guerra”, in: Kowarick, Lúcio (org.). *As lutas sociais e a cidade*. São Paulo e Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p. 111.

⁹ “Algumas vezes, durante o período mais agudo da crise de habitação, no pós-guerra, a própria prefeitura construiu barracões edificadas em série para serem ocupados pelos ‘sem teto’ numa política de angariar prestígio popular”. Bonduki, op. cit. p. 108.

¹⁰ Expressão empregada por Marisa Lajolo ao se referir à emergência das mulheres no universo literário brasileiro nos anos 60. O surgimento de escritoras como Clarice Lispector e Nélida Piñon, representava uma novidade em um cenário predominantemente masculino. O caso de Carolina era ainda mais inusitado, em “A leitora no quarto dos fundos”. In: *Leitura Teoria & Prática*. São Paulo, jun. 1995, ano 14, n. 25.

por um breve período, suficiente apenas para alfabetizá-la. A condição de mulher negra e semi-analfabeta indicava que teria destino idêntico ao de milhares de migrantes recém-chegados à capital paulista, isto é, que padeceria no anonimato e na miséria.

O diário que tinha por hábito escrever sobre o cotidiano da favela ao transformar-se em livro alterou, porém, as previsões sobre sua mais provável trajetória. *Quarto de despejo* tornou-se um fenômeno editorial desde a primeira edição em 1960. Atingiu a vendagem de dez mil exemplares nos três primeiros dias de lançamento na cidade de São Paulo. Outros noventa mil foram distribuídos pelo país nos primeiros seis meses. Foi traduzido para 13 idiomas e lido em mais de 40 países¹¹. Os números permanecem extraordinários até mesmo para os padrões atuais, cujas edições em geral, não ultrapassam três mil cópias. A emergência de uma personagem tão inesperada no cenário das letras foi, porém, motivo de controvérsias. Especulou-se inclusive sobre a hipótese de tratar-se de um golpe publicitário forjado pelo jornalista que “a descobriu”. O falecimento da autora em 1977, no anonimato e em condições de pobreza, a coloca em posição semelhante à de outros escritores negros como Augusto dos Anjos, Cruz e Souza e Lima Barreto, marcados pela tragédia pessoal e reconhecimento público fugaz.

Embora tenha alcançado imenso sucesso nos anos 60, Carolina encontra-se hoje praticamente desconhecida do grande público. Apenas recentemente observamos pequenas ações visando minimizar os efeitos do apagamento a que foi submetida. A biblioteca do Museu afro-Brasil, no Parque do Ibirapuera e uma EMEI, Escola de Educação Infantil do Município de São Paulo, decidiram, homenageá-la, adotando o patronímico Carolina Maria de Jesus. Pesquisas desenvolvidas em meados dos anos 90 pelos professores José Carlos Sebe Bom Meihy e Robert Levine reavivaram o interesse acadêmico pela autora.

No âmbito mais restrito da literatura identificamos também dificuldades quanto ao reconhecimento das suas contribuições de Carolina. O lugar social de onde falava e as características peculiares da escrita são vistos como um impasse no sentido de incluí-la no reduzido núcleo de escritores negros como Luis Gama, Cruz e Souza, Eduardo de Oliveira, Solano Trindade, classificados como representantes legítimos da *literatura negra brasileira*¹². Argumenta-se que a obra carolinana, ao contrário das produções dos

¹¹ Dados fornecidos por Meihy, José Carlos Sebe & Levine, Robert. *Cinderela negra. A saga de Carolina Maria de Jesus*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1994, 1994, pp. 25 e 26.

¹² De acordo com Zilá Bernd a pertença ao *campo da literatura negra* pressupõe a emergência na narrativa ou no texto poético de um *eu enunciator negro*, isto é, de uma postura política que permite a identificação do escritor enquanto afrodescendente, mas esse é um aspecto controverso em Carolina. Sobre literatura e identidade negra ver as discussões de Bernd, Zilá. *Negritude e literatura na América Latina*, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987; *Introdução à literatura negra*. São Paulo, Brasiliense, 1988; *Poesia negra brasileira. Antologia*. Porto Alegre, AEG Editora, 1992.

escritores mencionados não se pauta pela observância das exigências da *norma culta*, peculiar à *cultura escrita*. Constata-se, ainda, a ausência de um *eu enunciador negro*¹³, considerado fundamental na definição da pertença ao campo da literatura negra. Os elementos mais característicos de suas produções permitem talvez situá-la no universo da *literatura marginalizada*. Categoria esta, na qual se incluem de acordo com o etno-historiador Martin Lienhard¹⁴, escritos elaborados por descendentes de africanos e indígenas nas Américas. Poderíamos, nesse domínio, ainda de forma mais restrita, concebê-la como uma representante da *literatura negra marginalizada*.

As produções dos segmentos marginalizados possuem conforme Martin Lienhard algumas particularidades: incorporam expressões próprias à oralidade; inscrevem categorias extraídas de sistemas lingüísticos nativos e apresentam transgressões em relação aos padrões normativos da escrita. A violência infratora que os escritores marginalizados manifestam inconscientemente revela não apenas insubordinações à *norma culta*, mas igualmente, a “pactos e protocolos da cultura, dos cidadãos e cidadãs também excluídos do mundo econômico”¹⁵. Sob a dominação a grafia se apresenta marcada por expressões cifradas, por metáforas e categorias nativas, entre outros mecanismos discursivos. Nesses casos, o entendimento dos textos implica sempre em um processo de “escavação” análogo ao adotado pelos arqueólogos. No âmbito da *literatura negra marginalizada* as escavações visam especificamente reconstituir o discurso africano, escravo e afro-brasileiro. A perspectiva etno-histórica aqui esboçada permitiu-nos conceber as produções literárias de Carolina como um conjunto de documentos-testemunho em que se encontram registrado de forma direta as experiências sociais dos negros e migrantes pobres no contexto das transformações urbanas da cidade de São Paulo em meados do século passado.

História de vida e produção literária

¹³ A identificação de um *eu enunciador negro* em Carolina tem merecido resposta negativa. Embora participasse do contexto político dos anos 60, encontrava-se alheia aos debates sobre literatura e identidade negra que segundo Zilá Bernd marcaram as produções literárias dos escritores negros do período. Ver a propósito dessa temática, *Poesia negra brasileira. Antologia*, 1992.

¹⁴ Conforme as sugestões de Martin Lienhard, particularmente no discurso dos descendentes de indígenas e africanos, podemos localizar as percepções dos marginalizados sobre conflitos étnicos que tiveram lugar na história das Américas. Ver a propósito: Lienhard, Martin. *La voz e su huella: escritura e conflicto étnico-social em América Latina (1942-1988)*. Ciudad de La Habana, Casa de las Américas, 1990; “La représentation de l’oralité populaire ou marginale dans des textes modernes d’Amérique Latine et d’Afrique lusophone”, *Versants*, 30, pp. 9-29, 1996; *O mar e o mato. Histórias da escravidão (Congo – Angola – Brasil – Caribe)*. Salvador, EDUFBA/CEAO, 1998.

¹⁵ Expressão empregada por Marisa Lajolo no sentido de revelar o valor da obra de Carolina Maria de Jesus. In: “Poesia no quarto de despejo, ou um ramo de rosas para Carolina”, in: Jesus, & Meihy. (org.) *Antologia pessoal*, Rio de Janeiro, Ed. UERJ, 1996, p. 59.

Carolina nasceu na cidade mineira de Sacramento em 1914¹⁶, pequeno município do Triângulo Mineiro, que se desenvolvia à época sob a influência do principal pólo econômico representado por Uberaba. Ao descrever suas origens, necessário se faz destacar o passado escravo. O avô materno, Benedito José da Silva, era africano de origem *cabinda*¹⁷ e havia experimentado as rudezas da escravidão. A mãe, Maria Carolina, nascera sob a Lei do Ventre Livre. A família estruturou-se segundo o modelo matrifocal¹⁸, pois o primeiro marido abandonou o lar e o segundo também não chegou a coabitar com o núcleo familiar. O período de escolarização foi breve, limitou-se apenas às duas primeiras séries. Mesmo em situações penosas de trabalho no sistema de colonato em Minas Gerais, enquanto “bóia fria” nos cafezais paulistanos, ou no trabalho doméstico, a atividade de leitura aparece sempre como uma aliada. Um dos aspectos mais tocantes da sua biografia é o fato de lembrar-se constantemente de levar consigo os livros nos momentos em que necessitava deixar o local de trabalho ou migrar para outra cidade. São recorrentes as reflexões sobre o valor da leitura:

O livro... me facina. Eu fui criada no mundo. Sem orientação materna. Mas os livros guiou os meus pensamentos.

Evitando os abismos que encontramos na vida.

Bendita as horas que passei lendo. Cheguei a conclusão que é o pobre quem deve ler.

Porque o livro, é a bussola que ha de orientar o homem no porvir (...) ¹⁹

Após migrar em 1937 para a capital paulista Carolina passou a trabalhar exclusivamente como empregada doméstica. Não abandonou, porém, os hábitos de leitura²⁰. Iniciou por essa época as primeiras incursões no campo da literatura

¹⁶ A grande maioria dos estudos afirma que Carolina nasceu em 1914, mas existem autores que sugerem os anos de 1913 e mesmo 1921. Ver a propósito as discussões de Meihy, José Carlos S. B. “Os fios do desafio: o retrato de Carolina Maria de Jesus no tempo presente”. In: Silva, Vagner Gonçalves (org.). *Artes do corpo*. São Paulo, Selo Negro Edições, 2004, p. 40.

¹⁷ Carolina se dizia descendente dos negros *cabindas*. Emprega essa categoria conforme o sentido usual difundido pelos colonizadores. Estes classificavam os escravos de acordo com os portos de embarque. Sabemos hoje que o termo *cabinda* não corresponde a uma etnia específica, refere-se a “um importante porto de tráfico de escravo, logo ao norte do rio Zaire; assim muitos escravos eram conhecidos como cabindas porque tinham sido exportados por esse porto”. In: Karasch, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808-1850*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p. 51.

¹⁸ A antropologia conceitua família matrifocal como sendo aquela em que a chefia é assumida exclusivamente pela mulher.

¹⁹ Jesus, Carolina Maria de. *Meu estranho diário*. São Paulo, Xamã, 1996, p. 167.

²⁰ Algumas famílias parecem ter incentivado-a nos estudos, facultando-lhe o acesso a livros e jornais. Cita-se, por exemplo, o caso da família do Dr. Zerbini, famoso cirurgião, que lhe assegurava tais possibilidades e esteve inclusive presente quando do lançamento do livro *Quarto de despejo*.

publicando o primeiro poema em um jornal da grande imprensa. A primeira gravidez em 1948 a impediu de prosseguir no trabalho em casas de família e alterou o projeto de ser reconhecida como “poetisa negra”. Demitida do emprego, a busca por moradia se impôs como primeira necessidade. Esse foi um momento crítico em sua vida e sobre o qual pouco se sabe. Ela apenas deixa claro que experimentou pessoalmente as consequências das reformas urbanas:

É que em 1948 quando começaram a demolir as casas térreas para construir os edifícios, nós os pobres, que residíamos nas habitações coletivas, fomos despejados e ficamos residindo embaixo das pontes²¹.

O contexto histórico confirma que a reurbanização estava alterando rapidamente o antigo padrão de segregação espacial. Alugar uma casa ou mesmo um porão no antigo centro urbano naquele momento era praticamente impossível. Vários fatores contribuíam nesse sentido. A Lei do Inquilinato, por exemplo, que havia congelado o valor dos aluguéis em 1942 e desestimulava a construção de novas habitações coletivas destinadas à locação. Diante da impossibilidade de realização de ganhos financeiros, aumentando o valor dos aluguéis, os “senhorios” passaram a vender os cortiços, procurando, dessa forma, reaver o capital investido. Conseqüentemente a situação dos inquilinos foi se tornando insustentável.

A reestruturação urbana dirigida pelo poder público encontrava-se ainda em um estágio incipiente, mas contribuía igualmente para a expulsão dos pobres das áreas centrais. O Plano de Avenidas, iniciado durante o Estado Novo (1937-1945), quando da gestão do prefeito Prestes Maia, criava as avenidas radiais e alargava dezenas de novas vias. Por meio da demolição dos antigos casarões e cortiços, da criação de avenidas como a Radial Leste e a 23 de Maio, a expansão do serviço de ônibus e o incentivo à abertura de novos loteamentos, os pobres foram obrigados a residir em locais distantes, situados na nova periferia²².

A dispersão centro-periferia foi potencializada ainda pelas ações de despejo movidas contra os moradores. No final dos anos quarenta os juízes passaram a dar ganho de causa aos proprietários ávidos por desocuparem seus imóveis. Embora a legislação

²¹ “A literatura e a fome”. Jesus, Carolina Maria de. *Quarto de despejo. Diário de uma favela*. São Paulo, Ed. Ática, 19998, 7ª ed., pp. 171.

²² De acordo com Teresa P. R. Caldeira esse processo teve início nos anos de 1940 e se estendeu até a década de 80. Foi marcado pela dispersão populacional e a segregação das classes sociais, traduzida no espaço urbano pela alocação da elite e classe média nas regiões centrais bem equipadas e os pobres na precariedade da periferia. In: *Cidade de muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo*, p. 218.

criasse barreiras que impedissem abusos, esses mecanismos passaram a não ser observados. “Em 1945 foram assinadas 2.614 ações de despejo, número que subiu para 5.121 em 1946”²³. Adotando-se um cálculo otimista afirma Nabil Bonduki que, entre 1945 e 1946, mais de 15.000 famílias foram despejadas, atingindo algo em torno de 75.000 pessoas. Os despejos chegaram a afetar entre 10 e 15% dos munícipes²⁴.

Carolina foi alvo das transformações urbanas. Obrigada a se mudar para a favela do Canindé em 1948 passou a residir na Rua A, barraco nº 9. O trabalho de “catadeira de papel” tornou-se a principal fonte de sustento. Os cadernos que recolhia do lixo costumava separar para anotações sobre o cotidiano da favela. Os escritos iriam compor o diário que passou a escrever a partir de 1955. A transformação dos registros em livro alterou o curso de sua vida. *Quarto de despejo* foi lançado em agosto de 1960, proporcionando-lhe por um breve momento prestígio na mídia e uma situação financeira estável. Pôde então adquirir a sonhada “casa de alvenaria” em Santana, bairro de classe média paulistano. Faleceu em 1977 em condições de pobreza. Residia desta feita em uma “chácara” no bairro de Parelheiros, periferia da Zona Sul de São Paulo. O local foi por ela intitulado *Chácara Coração de Jesus*²⁵.

Esse breve resumo biográfico confirma que a autora participou de momentos chaves da história urbana recente da cidade de São Paulo. Experimentou a primeira forma de segregação espacial, a desterritorialização rumo às favelas e, posteriormente, os desafios urbanos inerentes à formação da Grande Periferia. O contexto em que se movimentou é, portanto, fundamental para a compreensão de aspectos relativos à sua biografia e produção literária. Permite também compreender sua trajetória como parte das experiências coletivas que afetavam os negros e os migrantes pobres. Pode-se alegar que situações pessoais influenciaram nos deslocamentos de Carolina no espaço urbano, mas o que desejamos sublinhar são as correlações entre a história de vida e os processos sociais mais globais²⁶. A autora registrou as transformações urbanas em meio a percursos pessoais, mas fatores estruturantes mais globais afetaram o seu destino, bem como o de milhares de pessoas que se encontravam em situações idênticas. Alternativas individuais foram naturalmente negociadas em face do contexto social mais amplo. As personagens dos romances e peças de teatro circulam, por exemplo, em meio ao cenário

²³ Bonduki, Nabil “Crise de habitação e a luta política no pós-guerra”, in: Kowarick, Lúcio (org.). *As lutas sociais e a cidade*. São Paulo e Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p. 111.

²⁴ Bonduki, loc. cit.

²⁵ Mais uma vez a imprensa especulou sobre as relações entre o nome da chácara e o sobrenome da família de Carolina. Sugeriu-se que a escolha seria mais uma expressão da vaidade da autora. A todos a autora respondia que não havia tal intenção. In: Meihy & Levine, *Cinderela negra*, p. 38.

²⁶ Ver a propósito das relações entre biografia e processos socio-históricos as discussões de Patai, Daphane. *Brazilian women speak*. New Brunswick, Rutgers University Press, 1988.

de transformações da cidade. Como são escritos autobiográficos, realidade e ficção se confundem de tal forma que as personagens dos romances possuem um claro sabor de depoimento.

Além dos elementos tradicionais - autor, obra e sociedade – considerados fundamentais no estudo das produções literárias, existe um segundo aspecto que consideramos decisivo para a compreensão das trajetórias de Carolina. Trata-se do impacto exercido pelas obras em seu percurso pessoal. Argumenta Dominique Maingueneau que nos estudos biográficos normalmente nos fixamos na vida individual e no contexto social refletidos nos textos, pouco atentamos para o caminho inverso, para os efeitos provocados pelos livros na vida dos escritores. Por isso admite que talvez fosse mais conveniente falarmos nos estudos biográficos em *bio/grafia* da “biografia que se percorre nos dois sentidos: da vida rumo à grafia ou da grafia rumo à vida”²⁷. Os livros são, nesse sentido, instrumentos interessantes para o estabelecimento de recortes, para a identificação de temporalidades diferenciadoras na aparente linearidade da existência dos escritores.

Carolina exemplifica como poucos a importância da grafia nos rumos de uma vida. A obra *Quarto de despejo* estabeleceu em determinado momento rupturas na condição de mulher negra e favelada que se encontrava determinada a cumprir o destino quase profético de padecer na marginalidade. As demais obras, embora em menores proporções, estabeleceram também marcos importantes. Vimos anteriormente, com Martin Lienhard, que as produções literárias podem ser lidas como documentos históricos. Situadas nesse universo, constituem vestígios ou marcas deixadas pelos segmentos marginalizados no fluxo da história²⁸. Quando analisadas no âmbito individual, entendemos que se apresentam também como sinalizadores do percurso de um autor. A obra de Carolina possibilita essa dupla entrada. Permite a leitura do processo social de um ponto de vista coletivo, mas também o estudo da trajetória pessoal.

Observaremos a seguir as implicações das obras na trajetória de vida da autora, bem como, as reelaborações das experiências coletivas nos textos. Adotamos para efeito de classificação do legado carolinano a proposta de Meihy²⁹, porém acrescentamos os subitens “textos memorialísticos”³⁰ e “poemas” no sentido de abrigar respectivamente

²⁷ Maingueneau, Dominique. *O contexto da obra literária. Enunciação, escritor e sociedade*. São Paulo, Martins Fontes, 1995, p. 46.

²⁸ Linhard, M. *La voz e su huella: escritura e conflicto étnico-social em América Latina*, 1990.

²⁹ Meihy, José Carlos Sebe B. “Os fios do desafio”, p. 33.

³⁰ Os materiais considerados memorialísticos são aqueles em que a autora relata as ulteriores experiências de vida. Meihy se refere apenas aos textos “Sócrates africano” e “Minha vida”. Incluímos nesta relação o

as narrativas de natureza autobiográfica e as poesias. O conjunto da obra apresenta-se assim organizado:

- 1- Diários;
- 2- Peças de teatro;
- 3- Provérbios;
- 4- Contos;
- 5- Romances;
- 6- Cartas e bilhetes.
- 7- Textos memorialísticos
- 8- Poemas

Produção literária

<i>Quarto de despejo (diário de uma favela)</i>	São Paulo	Francisco Alves	1960, 1ª ed.
<i>Quarto de despejo. Diário de uma favela</i>	São Paulo	Ediouro	1976
<i>Quarto de despejo. Diário de uma favela</i>	São Paulo	Ed. Ática	1998
<i>Casa de alvenaria. Diário de uma ex-favelada</i>	São Paulo	Francisco Alves	1961
<i>Meu estranho diário</i>	São Paulo	Ed. Xamã	1996

2- Provérbios

<i>Os provérbios de Carolina Maria de Jesus</i>	São Paulo	Águila	1963
---	-----------	--------	------

3- Romances

<i>Pedaços da fome</i>	São Paulo	Águila	1963
<i>O escravo</i>	*Inédito		

4- Peças de teatro

<i>Obrigado Senhor vigário</i>	*Inédita		
--------------------------------	----------	--	--

5- Textos memorialísticos

<i>Diário de Bitita</i>	Rio de Janeiro	Nova Fronteira	1986
<i>Sócrates africano</i>	Rio de Janeiro	Ed. UERJ	1994
<i>Minha vida</i>	Rio de Janeiro	Ed. UERJ	1994

6- Poemas

livro *Diário de Bitita*, pois detalha e amplia as informações dos textos mencionados. In: Meihy, “Os fios do desafio”, p. 41.

<i>Antologia Pessoal</i>	Rio de Janeiro	Ed. UERJ	1996
--------------------------	----------------	----------	------

Os poemas

Carolina começou a escrever versos rimados quando se encontrava em Franca, interior de São Paulo, trabalhando como empregada doméstica em uma instituição religiosa. O primeiro poema que produziu foi dedicado a uma das irmãs da Santa Casa de Franca. Quando migrou para a capital paulista, em 1937, passou a escrevê-los com maior frequência. No início dos anos 40 iniciou a árdua luta para ser reconhecida como escritora. Vislumbrou pela primeira vez essa possibilidade enquanto poetisa. Algumas produções passaram então a ser encaminhadas para publicação em jornais da grande imprensa. Contou à época com o apoio do jornalista Villi Aurelli que a alcunhou de “poetisa negra”. Conseguiu em consequência desses primeiros esforços que o poema “O colono e o fazendeiro” fosse publicado, em 1941, no jornal *Folha da Manhã*.

Esse ciclo não teve, porém, continuidade. A proposta literária não apresentava novidades suficientes para destacá-la junto à opinião pública. Do ponto de vista estético encontrava-se referenciada em padrões que a crítica literária considerava ultrapassados³¹. Embora a produção poética fosse significativa não pôde publicá-la em vida. Por iniciativa do prof. José Carlos Sebe Bom Meihy a seleção que havia organizado deu origem ao livro *Antologia pessoal*, somente publicado em 1996. A obra revela a faceta mais intimista da autora. A predileção pelos autores românticos como Casemiro de Abreu e Gonçalves Dias explica o fato de se reportar a temáticas como saudade, amor, natureza, pátria e heróis. O lirismo que manifesta nos diários, romances e peças de teatro é uma característica ainda destacada nas poesias.

Os poemas contrastam, no entanto, com os diários particularmente no distanciamento que demonstram em relação às questões sociais. A crítica social aparece de forma direta apenas em “O colono e o fazendeiro”, poema em que narra as mazelas do regime de colonato - situação que experimentou enquanto trabalhadora rural nas fazendas, nos interiores de Minas Gerais e São Paulo. Curiosamente não identificamos no conjunto das poesias qualquer comentário crítico relativo ao trabalho doméstico, atividade que exercera no momento em que parece ter se concentrado de maneira mais efetiva no gênero poético. A manifesta rejeição às condições opressivas enquanto

³¹ Sobre os aspectos estéticos da poesia de Carolina ver as análises de Lajolo, Marisa “Poesia no quarto de despejo, ou um ramo de rosas para Carolina”. Jesus, Carolina Maria & Meihy, José Carlos Sebe B. (org.) *Antologia pessoal*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1996, pp. 37-61.

trabalhadora doméstica surge mais claramente no romance *Pedaços da fome* e na peça de teatro *Obrigado senhor vigário*. O paradigma romântico avesso à crítica social, que lhe servia de armadura para a composição poética, provavelmente a inibia.

Os posicionamentos políticos assumidos nos poemas expressam o imaginário da dominação comum às classes populares nos anos sessenta. Os poemas que se referem às personalidades políticas, como por exemplo, a Ademar de Barros e à esposa Leonor, reproduzem a eficácia simbólica do populismo. Do ponto de vista dos políticos desse período apresentar-se como “pai dos pobres”, fiadores e protetores das carências populares era uma estratégia comum de conquista do eleitorado. O controle político dos segmentos marginalizados se exercia por meio da filantropia, da caridade e da “doação”. Carolina incorporou esse viés em alguns dos seus poemas. O fragmento seguinte é exemplar: *O pobre que não conhece o lar/ Que infesta nossa cidade/ Para ele Dona Leonor e Ademar/ São quase divindades*³².

Porém, por meio de críticas mordazes, endereçadas aos mesmos líderes, revertia na mesma proporção a força do discurso paternalista. É o que se constata em outras situações, quando então revela total descrença nos políticos:

*Quem nos protege é o povo e os Vicentinos. Os políticos só aparecem aqui nas épocas eleitorais*³³.

*Eu quando estou com fome quero matar o Janio, quero enforcar o Adhemar e queimar o Juscelino. As dificuldades corta o afeto do povo pelos políticos*³⁴.

*Os políticos sabem que sou poetisa. E o poeta enfrenta a morte quando vê o seu povo oprimido*³⁵.

Os diários

Carolina começou a escrever diários em meados dos anos 50 quando já se encontrava residindo na favela do Canindé. Há informações de que textos no formato de diário foram escritos em meados dos anos 40, sendo inclusive publicados na grande imprensa, porém, sem alcançar maior destaque³⁶. A prática do diário foi descrita por ela mesma como uma forma de escapismo da dura realidade da vida cotidiana.

³² Jesus, “Dona Leonor”, in: *Antologia pessoal*, p. 233.

³³ Jesus, *Quarto de despejo*, p. 33.

³⁴ Jesus, op. cit., p. 34.

³⁵ Jesus, ibidem, p. 40.

³⁶ Ver depoimento de Audálio Dantas, in: Meihy & Levine, *Cinderela negra*, p. 104.

*Quando escrevi o meu **diário** não foi visando publicidade. É que eu chegava em casa, não tinha o que comer. Ficava revoltada interiormente e escrevia. Tinha impressão que estava contando as minhas magoas a alguém. E assim surgiu “Quarto de despejo”³⁷.*

Foi o gênero diário que a consagrou, lhe rendeu reconhecimento, fama e dinheiro. A história registra que as anotações que fazia cotidianamente transformaram-se em livro “por mero acaso”. Em abril de 1958 o jornalista Audálio Dantas, que trabalhava para a revista *O Cruzeiro*, dirigiu-se à favela do Canindé para elaborar uma matéria sobre a implantação de equipamentos de playground pela prefeitura. Porém constatou que em vez das crianças, eram os adultos que estavam fazendo uso dos brinquedos. Subitamente Dantas ouviu uma mulher negra bradar em tom de desafio: “Deixa estar que eu vou botar todos vocês no meu livro”. Resolveu indagar-lhe sobre o significado da expressão. Carolina foi enfática: “O livro que estou escrevendo sobre as coisas da favela”:

Fui ver o livro. E pela primeira vez entrei no barraco número 9 da Rua A, favela do Canindé. E vi os cadernos do guarda-comida escuro de fumaça. Narrativa diária da vida de Carolina e da vida da comunidade-favela. Coisa bem contada, assim como aparece agora em letra de fôrma, sem tirar nem pôr. Eu vi eu senti. Ninguém podia melhor do que a negra Carolina escrever histórias tão negras. Nem escritor transfigurador poderia arrancar tanta beleza triste daquela miséria tôda. Nem repórter de exatidão poderia retratar tudo aquilo no sêco escrever. Foi por isso que eu disse assim para Carolina Maria de Jesus, lá mesmo, na horinha que lia trechos de seu **diário**:

— **Eu prometo que tudo isto que você escreveu sairá num livro.**³⁸

O livro foi publicado em agosto de 1960. Os escritos de Carolina foram editados pelo jornalista, que afirmava não ter promovido “grandes modificações” nos originais, apenas excluía fragmentos no intuito de evitar repetições. Introduzira também pequenas correções gramaticais que visavam garantir a compreensão do texto³⁹. Nos registros da própria autora identificamos também algumas lacunas. As anotações começam em 15 de julho de 1955 e são interrompidas em 28 de julho de 1955. São retomadas em 02 de maio de 1958 e encerram-se em 1º de janeiro de 1960. Há um grande hiato localizado mais precisamente entre os anos de 1956 e 1957. O próprio Audálio Dantas sugeriu no “prefácio” de *Quarto de despejo* que a ausência de registros nesse período talvez tenha sido motivada “por desesperança”.

³⁷ Jesus, *Casa de Alvenaria*, p. 181.

³⁸ Dantas, Audálio “Nossa irmã Carolina. Apresentação de Audálio Dantas”, 1960. (*grifos do autor*).

³⁹ “... tenho de acrescentar que, em alguns poucos trechos, botei uma ou outra vírgula, para evitar interpretação dúbia de frases. Alguns cedilhas desapareceram, por desnecessárias, e o verbo **haver**, que Carolina entende apenas com um **a** assim soltinho, confundido facilmente com o **artigo**, ganhou um **h** de presente (...). De meu no livro, há ainda uns pontinhos que aparecem assim (...) e indicam supressão de frases. Quando os pontinhos estão sozinhos, sem (), nos parágrafos, querem dizer que foi suprimido um trecho ou mais de um trecho da narrativa original” (Audálio Dantas in: *Quarto de despejo*, 1960, p. 11).

Quarto de despejo foi classificado pelos pesquisadores como uma espécie de auto-retrato da miséria urbana. Segundo Carlos Vogt o realismo narrativo o aproxima dos escritos do antropólogo Oscar Lewis sobre a cultura da pobreza⁴⁰, com a diferença substancial de que, ao contrário do etnólogo, a escritora se colocava como intérprete e protagonista da própria experiência social. Embora Carolina tenha sido valorizada pelas feições microscópicas da narrativa, demonstra em outras situações que possuía uma visão mais ampla do processo de reestruturação urbana que se efetivava na prática como um ataque ao direito dos pobres à cidade. O título do primeiro livro alude claramente ao grande “despejo coletivo” em voga na década de quarenta:

*Classifiquei a favela de quarto de despejo porque em 1948, quando o Dr. Prestes Maia começou a urbanizar a cidade de São Paulo, os pobres que habitavam os porões foram atirados ao relento*⁴¹.

A discriminação racial é também enfocada de maneira peculiar. Os pesquisadores avaliam, no entanto, que se trata de um tema ambíguo na autora. Para George Andrews, Carolina revela por meio da escrita o conformismo característico dos negros excluídos da economia urbana em relação ao racismo. Nesse sentido afirma: “Jesus indica apenas um interesse passageiro e ocasional nas questões raciais”⁴². Robert Levine, outro pesquisador norte-americano, que inclusive adotou *Quarto* como leitura fundamental em cursos que ministrava nos Estados Unidos também questionou a postura por demais conformista de Carolina: “com o [livro] em punho eu questionava a classe: *por que esta mulher era tão dócil?*”⁴³. Diferentes autores concordaram que a ambivalência em relação à questão racial impossibilita situá-la como uma defensora da *causa negra*.

Assumimos que Carolina falava do ponto de vista dos marginalizados e que o discurso racial que proferiu deve ser lido no contexto político da segregação urbana. Conforme os estudos de José Murilo de Carvalho⁴⁴, nas primeiras décadas do regime

⁴⁰ Segundo Vogt o livro “estaria melhor caracterizado se, ao invés de literário, o víssemos dentro daquela espécie de realismo etnográfico desenvolvido pelo antropólogo Oscar Lewis nos anos quarenta e cinquenta (...) sobre a cultura da pobreza. Vogt, Carlos “Trabalho, pobreza e trabalho intelectual (O *Quarto de despejo* de Carolina Maria de Jesus)”. In: Scharcz, Roberto. *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1983, p. 209.

⁴¹ Jesus, Carolina Maria. *Casa de Alvenaria. Diário de uma ex-favelada*. São Paulo, Francisco Alves, 1961, p. 181.

⁴² Andrews, George R. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. São Paulo, EDUSC, 1998 *Negros e brancos em São Paulo*, 1998, p. 31.

⁴³ Levine, Robert. “Um olhar norte-americano”, in: Meihy, J. C. S. B. & Levine, Robert, *Cinderela negra*. p. 202.

⁴⁴ Carvalho, José Murilo. *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

republicano, as classes populares privadas dos canais institucionais de expressão viam o funcionamento do sistema político como “patrimônio das elites”. Admitimos que o *gap* apontado pelo autor entre os excluídos e o sistema de poder não havia sido totalmente ultrapassado na década de sessenta, o inconformismo que os segmentos populares manifestavam, continuava a reger-se mesma lógica da indiferença satírica ou do deboche em relação às instituições formais identificadas por Carvalho nos primórdios da República.

De fato, a escritora encontrava-se distanciada dos segmentos negros politicamente engajados⁴⁵. Mas embora não se expressasse por meio de um discurso peculiar à militância negra, sabia que a situação dos afrodescendentes na favela era especial e que apenas aparentemente a pobreza nivelava a todos. Percebia que os pobres viviam indistintamente os mesmos dramas da fome, miséria, doenças e alcoolismo, mas entendia que o preconceito racial tornava a luta pela sobrevivência mais dramática do ponto de vista dos negros:

...Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Êles respondiam-me:

___ É pena que você é preta.

(...)

... Um dia, um branco disse-me:

___ Se os pretos tivessem chegado ao mundo depois dos brancos, aí os brancos podiam protestar com razão. Mas, nem o branco nem o preto conhece a sua origem.

*O branco é que diz que é superior. Mas que superioridade apresenta o branco? Se o negro bebe pinga, o branco bebe. A enfermidade que atinge o preto, atinge o branco. Se o branco sente fome, o negro também. A natureza não seleciona ninguém*⁴⁶.

A publicação de *Quarto de despejo* foi precedida da edição de fragmentos pela revista *O Cruzeiro*, mesmo assim, o livro foi um fenômeno de vendas e tornou-se um marco na história do livro no Brasil. O sucesso editorial expôs publicamente a dramática situação dos pobres na cidade e revelou aspectos da vida pessoal da própria escritora. Um admirador sensibilizado com o drama de Carolina cedeu-lhe temporariamente uma pequena casa no município de Osasco. Com isso, pode deixar de imediato a favela do Canindé. Adquiriu posteriormente a casa própria e mudou-se em 24 de dezembro de

⁴⁵ Discuto mais especificamente esse tema no texto “Literatura negra e identidade racial em Carolina Maria de Jesus”. Silva, José Carlos G. mimeo, 2006.

⁴⁶ Ibidem, p. 65.

1960 para o bairro de Santana. O novo endereço passou a ser a rua Benta Pereira, nº 562. Comprometeu-se com a editora que escreveria outro diário, desta feita narrando o cotidiano de ex-favelada.

Casa de alvenaria descreve exatamente as atribulações da vida de escritora e ex-favelada. No novo diário, o tema central passou a ser os conflitos originados pela mudança repentina de status: a moradia por um breve momento em Osasco, a aquisição da casa própria e o convívio com o sucesso, as relações com os vizinhos, a imprensa, os políticos e a comunidade negra. O livro foi lançado em novembro de 1961. Os registros datam de 05 de maio de 1960 a 21 de maio de 1961. Mais uma vez coube a Audálio Dantas a reorganização do texto. O procedimento adotado foi similar ao anterior, conforme os esclarecimentos ao leitor: *no trabalho de compilação houve cortes de grandes trechos, todos sem maior significação. Ficou o essencial, o importante, funcionando como uma película cinematográfica. Os originais estão guardados para possível confrontação*⁴⁷. Na “Apresentação” ainda de Dantas, percebe-se que as relações entre o jornalista e a escritora encontravam-se estremecidas. No final, entre outras sugestões a aconselhava retornar às origens humildes: *consERVE aquela humildade, ou melhor recupere aquela humildade que você perdeu um pouco – não por sua culpa – no deslumbramento das luzes da cidade*.⁴⁸

O resultado editorial de *Casa* foi pífio quando comparado a *Quarto*. Alcançou inicialmente vendas em torno de três mil exemplares, porém, de um total de dez mil que havia sido impresso. O livro é, no entanto, importante do ponto de vista da percepção do racismo observado no universo da classe média urbana. Registra situações no bairro, nos hotéis e em diferentes outros espaços que testemunham modalidades de discriminações que afetam os negros quando estes ultrapassam os espaços sociais que historicamente lhes são reservados. Carolina revoltava-se particularmente com a situação dos filhos em Santana:

O que tenho pavor é de residir na rua Bento Pereira. Se uma criança entra na minha casa as mães correm e tiram os filhos dizendo:-lhes, Vocês não devem brincar com os filhos de Carolina!

*E cheguei a conclusão que tudo que existe no mundo, é imposto pelos brancos. Eles é quem cultivam o preconceito*⁴⁹.

⁴⁷ Dantas, Audálio. “Casa de alvenaria – história de uma ascensão social”, in: Jesus, *Casa de alvenaria*, p. 9.

⁴⁸ Ibidem, p. 10.

⁴⁹ Jesus, *Meu estranho diário*, p. 201.

Em função do prestígio alcançado pôde olhar criticamente e com maior autonomia a questão racial. Foi nesse período que estabeleceu contatos com líderes do movimento negro, poetas e escritores. Esse segmento desejava transformá-la em um símbolo da luta anti-racista, mas outros setores também passaram a assediá-la. A grande imprensa a convidava para debates sobre os problemas da favela, os políticos de diferentes espectros ideológicos desejavam render-lhe homenagens. A elite promovia eventos sociais e a queriam como atração. Os pobres demandavam soluções para os problemas financeiros que os afligiam. *Casa de Alvenaria* é, portanto, um relato interessante sobre as pressões e a forma como tentou administrar a nova situação. Para os críticos o “fracasso pessoal” de Carolina reside exatamente na incapacidade de lidar com as exigências, demandas e conflitos proporcionados pelo sucesso, assim como, na inabilidade em equacionar os problemas que surgiram no novo meio social.

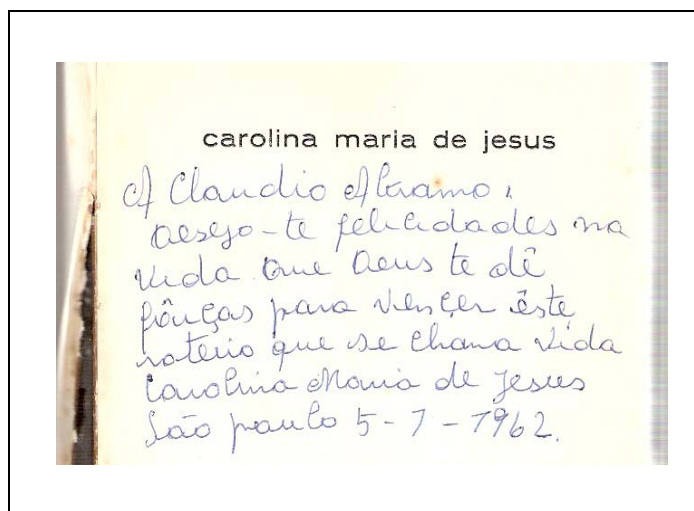
As situações que enfrentou a partir dos anos 60 foram em grande parte decorrentes da publicação da obra *Quarto de despejo*. Apenas esse livro, mereceu, até hoje, reedições. O seu percurso confunde-se com o da própria escritora. Acompanhou-a nos momentos de brilho, gerou dividendos que a auxiliaram nas situações de dificuldades financeiras em Parelheiros e foi responsável pelo repentino retorno ao mercado editorial em 1976, antevéspera do seu falecimento.

Entre 1964 e 1976 Carolina manteve-se “exilada” na pequena chácara situada na periferia da Zona Sul. O período de ostracismo em Parelheiros foi consequência de um conjunto de situações pessoais e editoriais, mas a vigência do regime ditatorial também indiretamente reforçou o isolamento. O ambiente de dificuldades para a impressão e reimpressão de obras que sugerissem qualquer espécie de crítica social impôs uma espécie de “auto-censura” aos editores. Do ponto de vista do mercado a escritora havia se tornado também uma espécie de “produto gasto” após o frenesi suscitado pela estréia. Diferentes razões contribuíram, portanto, para que permanecesse por um longo período no mais completo esquecimento. As poucas informações sobre a nova experiência de vida passaram a ser veiculadas em reportagens esporádicas, quase sempre ofensivas, que reforçavam a imagem de escritora pessoalmente fracassada. Foi nesse contexto que surgiram fotografias de Carolina nas ruas de São Paulo na situação de “catadeira de papéis”. Há quem afirme ter se tratado de ações forjadas por jornalistas inescrupulosos interessados em manchetes sensacionalistas do tipo: “Carolina voltou a catar papéis”. A suposta teatralização contaria, afirma-se, com a aprovação da autora, interessada em

despertar as atenções da opinião pública. O fato teria acontecido ao menos duas vezes durante o período em que residiu em Santana e em Parelheiros⁵⁰.

A volta ao mercado editorial e à mídia somente foi possível, porém, em 1976, quando um editor decidiu comprar os direitos de *Quarto de despejo* em poder da editora Francisco Alves. O livro foi relançado em edição de baixo custo pela série Edibolso⁵¹. Um ano antes de falecer a “poetisa negra” fez as últimas aparições públicas como uma espécie de prenúncio do fim da própria odisséia. Como parte do relançamento foi vista autografando em diversos locais: Shopping Iguatemi, Viaduto do Chá e Praça da República⁵². Desta feita escrevia simplesmente nas dedicatórias: “Com afeição, Carolina Maria de Jesus” ou “Deus guie você”⁵³. Observamos que as mensagens datadas da década de sessenta, identificadas tinham em geral conteúdos mais extensos:

Documento 1: dedicatória



Dedicatória in: *Casa de alvenaria*. Exemplar localizado na Biblioteca do Centro Cultural São Paulo.

Em 1998 a Editora Ática apresentou mais uma nova edição do famoso diário. O formato seguia a tendência habitual dos romances destinados ao público estudantil. Além de compactado em menor número de páginas, trazia como novidade um roteiro de “estudo dirigido”, indicando sua possível utilização em atividades pedagógicas pelos professores do ensino fundamental e médio.

As reedições até aqui mencionadas são reproduções do texto publicado inicialmente em 1960. Em 1996 a editora Xamã modificou essa tendência. Lançou uma versão conjunta dos diários intitulada *Meu estranho diário*. Por iniciativa dos pesquisadores Meihy & Levine que haviam concluído um grande projeto de pesquisa sobre a autora,

⁵⁰ Conforme Audálio Dantas, in, Meihy & Levine, *Cinderela negra*, 1994: 106.

⁵¹ Meihy & Levine, *Cinderela Negra*, p. 41.

⁵² Meihy & Levine, loc. cit.

⁵³ Meihy & Levine, loc. cit.

decidiu-se pela publicação sem cortes das cópias que Carolina fizera manualmente dos originais antes de repassá-los ao jornalista Audálio Dantas. Diferentemente da primeira versão, cujas anotações iniciavam no ano de 1955, o novo texto incluía registros que se iniciavam em 1958 e prosseguia até o ano de 1963. O grande mérito da nova edição foi proporcionar aos leitores o acesso a informações integrais de ambos os diários e a registros inéditos sobre o período 1962-63. Pôde-se, desta forma, conhecer, por exemplo, detalhes sobre as atribulações que a nossa personagem experimentou nos momentos que antecederam a súbita mudança para Parelheiros.

Provérbios, romances e peças de teatro.

Ao concluir *Casa de Alvenaria* (1961) Carolina havia decidido abandonar o gênero diário. Desejava ser reconhecida como escritora no campo da literatura hegemônica. O jornalista Audálio Dantas, que se tornara uma espécie de tutor e gestor financeiro - pois tinha participação nos exemplares vendidos e controle sobre a conta bancária - a advertiu sobre os problemas que poderia encontrar caso optasse por outras modalidades literárias. De maneira a reprová-la afirmava com ironia: *guarde aquelas “poesias”, aqueles “contos” e aqueles “romances” que você escreveu. A verdade que você gritou é mais forte mais forte do que você imagina.* Tentava com tais argumentos dissuadi-la do novo projeto.

A autora mantinha com o jornalista uma relação ambivalente, ora classificava-o como protetor, a quem devia gratidão, ora como um dominador e explorador. Decidiu, por fim, não acatar as restrições sobre as demais produções literárias. O lançamento de *Provérbios* (1963) e *Pedaços da fome* (1963) estabeleceu um novo marco em sua trajetória. A tentativa de firmar-se como escritora plena resultou, porém, em inflexões na carreira de sucesso. Os livros foram lançados pela pequena editora Aquila e contaram com autofinanciamento. Dantas afirma ter se tratado de um golpe aplicado por pessoas inescrupulosas que aproveitaram o momento para explorá-la. O fracasso de mercado teve imediatas implicações para as finanças de Carolina. Sobre *Os Provérbios* afirma Meihy:

Foi mesmo um ato de teimosia, pois não houve editor que aceitasse publicá-la. *Provérbios* vendeu ainda menos que *Casa*, e além de tudo não gerou nenhum lucro. Talvez, no máximo, tenha servido para satisfazer o próprio ego e a angústia de não sair de circulação e se mostrar como escritora “de literatura”. O resultado foi uma piora de suas condições financeiras já precárias ⁵⁴.

⁵⁴Ibidem, p. 35.

A mesma situação de mercado se repetiu com *Pedaços da fome*. O livro reeditava do ponto de vista da narrativa os tradicionais problemas de adequação à *norma culta*. Conforme a opinião do poeta negro Eduardo de Oliveira, que o prefaciou, não se poderia avaliá-lo por meio do rigor da “linguagem exigível pelos estetas da literatura”⁵⁵. Nesse domínio a obra não se sustentaria. Devemos, contudo, valorizá-la pelo caráter autobiográfico, como uma espécie de depoimento sob o disfarce da ficção. Fica evidente no ato de leitura que os cenários vividos pela personagem central reproduzem situações análogas às aquelas experimentadas pela própria Carolina na cidade de São Paulo. A heroína Maria Clara tinha, porém, origem social oposta. Era branca, rica e filha de um fazendeiro, mas o casamento com Paulo, um falso dentista, levou-a a compartilhar na capital paulista da dura realidade dos migrantes: a luta pela sobrevivência, o trabalho doméstico e a precariedade dos cortiços. Os problemas relativos à moradia nos anos 40, envolvendo despejos, desapropriações e o elevado custo dos aluguéis são abordados ficcionalmente, no entanto, percebe-se que nos encontramos diante de situações reais das quais fora testemunha antes de mudar-se para a favela em 1948.

As condições opressivas no trabalho doméstico que vivenciara no período 1937-1948 foram alegoricamente discutidas no romance. Por meio do despotismo de Dona Raquel, a tia de Paulo o poder das patroas foi objeto severas críticas. No romance a situação de dominação pessoal se configura quando a hospedagem é ofertada a Paulo e à Maria Clara na mansão de Dona Raquel. Como contrapartida a jovem fazendeira se vê transformada em empregada doméstica. Através da narrativa ficamos sabendo que a atividade envolvia uma rotina exaustiva de afazeres e a privação da liberdade. A vigilância da patroa e os controles no ambiente da casa aparecem como similares às aquelas anteriormente experimentadas pelas escravas na casa-grande durante a escravidão. Em semelhante contexto a liberdade somente poderia ser obtida mediante a fuga. Foi essa a atitude tomada por Maria Clara e o seu indolente esposo.

Maria Clara embora fosse casada, se colocava como chefe de família. Paulo é descrito como um marido incapaz de auxiliá-la. Não conseguia trabalho nem cooperava nas tarefas do lar. Por meio do drama da personagem a escritora abordou uma situação social extensiva a outras mulheres do período, isto é, a questão da matrifocalidade. O mesmo problema foi enfocado por pesquisadores que se dedicaram especialmente ao estudo das famílias negras. Florestan Fernandes observou, por exemplo, que naquele

⁵⁵ O fato de Eduardo de Oliveira ter prefaciado o livro é um indicativo da aproximação de Carolina com o campo da literatura negra nos anos 60. Sabe-se que as lideranças políticas e artistas negros procuravam estreitar essas relações. Registros dessas ações localizam-se nas páginas de *Casa de Alvenaria*, mas também nos jornais negros: *Niger*, *Mutirão* e *O Ébano*.

contexto “o trabalho ocasional e o ganho esporádico conduziram os homens [negros] a um estado tal de dependência e de penúria, que as mulheres se converteram no seu principal expediente de ‘luta pela vida’”⁵⁶. A mesma questão aparece recriada literariamente por Carolina, mas se trata, mais uma vez de experiência que conheceu pessoalmente. A propósito jamais admitiu estabelecer laços matrimoniais com eventuais namorados e amantes. Assumiu pessoalmente o sustento da família e o cuidado dos filhos. Manifestou sempre um posicionamento crítico em relação ao casamento, concebendo-o como instituição responsável pela dominação masculina.

Na peça teatral *Obrigado senhor vigário*⁵⁷ retomou as questões presentes em *Pedaços da forme*. A exploração no trabalho doméstico, o anseio pela liberdade e a desagregação do núcleo familiar, se apresentam como característicos da figura de Clara, a jovem órfã, herdeira de João Ruiz que teve os bens de herança confiados a tutores, no caso, o tio Manoel, irmão de João Ruiz e esposa. A herança à qual a jovem faria jus foi apropriada pelos tios-tutores. Helena, a tia de Clara, reedita na peça teatral a mesma postura de Dona Raquel, a personagem despótica de *Pedaços da fome*. A jovem herdeira é caracterizada como vítima da ganância dos tutores. Criada em condições servis, foi obrigada a assumir o incansável trabalho doméstico. Transformou-se, a exemplo de Maria Clara, numa espécie de escrava doméstica, privada de direitos e liberdade. O acesso à alfabetização somente lhe foi possível graças à atitude benevolente do primo que, sabedor da história, ousou contrariar as determinações dos pais. O vigário, a quem o pai de Clara confiara também o segredo da herança, reapareceu no dia do casamento imposto à jovem. Nesse momento lhe revelou a verdade e a libertou do jugo dos tios.

O tema da opressão no trabalho doméstico é um aspecto marcante no pensamento de Carolina. Utilizando-se do recurso ficcional busca convencer-nos de que na atividade de empregada doméstica vigoravam relações de dominação características do período escravocrata. Sugere que no contexto do trabalho livre são as patroas que passam a reeditar as velhas posturas dos senhores de escravos. Curiosamente as mulheres transformadas em empregadas domésticas nos escritos são brancas. Com isto parece ter desejado evitar, sem sucesso, o caráter de depoimento. Extrai-se, portanto, do conjunto das narrativas, a “tese” de que o trabalho doméstico representa a continuidade da opressão da mulher negra após “o cativeiro”.

⁵⁶ Fernandes, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo, Ed. Ática, 1978, v. 1, p. 79.

⁵⁷ O texto nos foi gentilmente cedido para estudos pelo professor José Carlos Sebe Bom Meihy, pesquisador incansável da obra de Carolina.

Há uma foto sugestiva da época em que já desfrutava do sucesso de escritora que exemplifica a forma como encarava o passado. Aparece vestida “com *tailleur* de veludo, muito elegante, cruzando o viaduto do Chá, usando colar de pérolas e bolsa fina, [parecendo] uma senhora da alta sociedade”⁵⁸. Expressa a seu modo a inversão do status de doméstica. Sabe-se também, por meio de depoimentos, que Carolina era uma empregada diferenciada. A capacidade de leitura e o nível de informação que possuía lhe possibilitavam interagir de maneira menos formal com os patrões. Alguns teriam facultado-lhe, inclusive, o acesso a jornais e livros. O trabalho doméstico, porém, permaneceu como uma espécie de tabu nos poemas. Nos diários mereceu apenas citações em que o rejeitava. Percebemos bem as razões no romance e na peça teatral quando a atividade foi qualificada como opressiva análoga ao trabalho escravo.

Textos memorialísticos

Os textos memorialísticos *Diário de Bitita*, *Minha vida* e *Sócrates Africano* são importantes fontes biográficas. *Diário de Bitita* foi publicado pela primeira vez na França em 1982⁵⁹. A publicação em português ocorreu somente em 1986, estranhamente, por meio de uma tradução da versão francesa. Originalmente o livro tinha como título “Um Brasil para os brasileiros”, expressão atribuída a Rui Barbosa, conforme narra a própria autora. Foi escrito nos anos setenta quando já se encontrava na “chácara”, no bairro de Parelheiros. O contexto pessoal em que o redigiu era novamente muito particular. A mudança da “casa de alvenaria” em Santana havia sido motivada pelo agravamento da situação financeira, mas as condições de vida no sítio se mostraram também imediatamente árduas. Embora o contexto pessoal fosse adverso não manifesta por meio da narrativa em *Diário de Bitita* qualquer espécie de amargura ou desilusão. Registra isto sim uma forte disposição em denunciar a discriminação racial experimentada no passado.

As condições difíceis de sobrevivência em Parelheiro provocaram ao que parecem maiores reações nos filhos. Diz a filha Vera Eunice: “Eu e meus irmãos quase enlouquecemos, mas para ela deve ter sido um GRANDE alívio”⁶⁰. Alguns depoimentos confirmam que Carolina parecia ter encontrado a centralidade que lhe faltara na “casa de alvenaria”. A propósito, sempre cultivou um ideal de vida bucólica. Parecia, portanto, em sintonia com esse desejo mais íntimo. Sentia-se recompensada em relação

⁵⁸ Levine, “Um olhar norte-americano”, p. 207.

⁵⁹ Jesus, Carolina Maria de, *Journal de Bitita*, Paris, A. M. Metaille, 1992.

⁶⁰ Meihy & Levine, *Cinderela negra*, p. 80.

às frustrações e pressões que experimentara durante o período em que deixara a favela e passara a compartilhar do ambiente social típico de classe média.

Diário de Bitita representa, portanto, um momento de pausa, em que se colocando de maneira mais introspectiva decidiu rever o passado. Confirma através da narrativa que possuía uma memória privilegiada. Relembra com detalhes de fatos ocorridos na infância, inclusive de situações que se passaram quando tinha entre quatro e seis anos de idade. O livro documenta os primeiros anos de vida em Sacramento e prossegue até o ano de 1937. Do ponto de vista biográfico as informações preenchem retrospectivamente o vazio não contemplado pelos diários. A narrativa compõe-se de um conjunto de relatos sobre a vida familiar, o cotidiano em Sacramento e a inserção no mundo do trabalho. Descreve práticas de racismo identificadas na ação de cidadãos comuns, policiais e autoridades públicas que integravam a vida diária do pequeno município mineiro. Apresenta também uma interessante caracterização dos membros da família extensa fixando-se na “linhagem materna”.

A exploração no sistema de colonato é discutida por meio das experiências concretas enquanto trabalhadora rural em diferentes fazendas. Reúne relatos interessantes em que, se colocando como cronista do passado, aborda a situação social dos colonos e negros nas pequenas cidades do interior de Minas Gerais e São Paulo. Resgata por meio de incursões através da história do Brasil o debate ideológico sobre raça e cidadania que vigorava nos anos 20 e 30. Confirma que as elites de Sacramento reproduziam as discussões sobre a integração gradativa dos negros à nação por meio do apagamento do passado escravo. O contexto ao qual se referia era o do lançamento das bases do mito da democracia racial. A identidade brasileira não poderia mais, na perspectiva que se esboçava, afirmar-se por meio das diferenças étnicas ou regionais. Em nome da categoria brasileiro, diferenças e desigualdades deveriam ser dissolvidas. O livro inicialmente intitulado “Um Brasil para os brasileiros”, não se referia, pois, apenas a uma frase aleatória atribuída a Rui Barbosa, mas ao seu projeto ideológico de nação, visto com simpatia por Carolina.

Os textos *Sócrates Africano* e *Minha vida* foram publicados como “anexos” ao livro *Cinderela negra* em 1994. As estruturas narrativas e gramaticais sugerem anterioridade em relação a *Diário de Bitita*⁶¹. Em *Sócrates africano* Carolina descreve de maneira afetiva a admiração que nutria pelo avô materno. Elaborou uma visão positiva sobre ascendência africana, simbolizada pela referência à origem *cabinda* do avô e a condição

⁶¹ Empregamos esse parâmetro para a aferição do momento em que o texto foi escrito. Admite-se uma tendência da narrativa carolinana em aproximar-se progressivamente da *norma culta*. Os últimos textos revelam, assim, sempre maior conformidade com a escrita padrão.

de sábio da tradição oral. Trata-se de um documento fundamental para a compreensão de elementos selecionados pela memória da infância e sobre o cotidiano da cidade. O texto *Minha vida* focaliza igualmente as experiências de infância, adolescência e juventude, mas acrescenta também fatos ocorridos na década de 1940, quando já havia se fixado na capital paulista. Inclui algumas poucas informações sobre o período 1937-1948, a época menos conhecida da vida pessoal da autora.

-X-X-X-

A partir da análise da produção literária identificamos quatro períodos distintos na história de vida de Carolina. O primeiro compreende a infância em Sacramento e se estende até 1937, ano da migração para a capital paulista. O livro *Diário de Bitita* e os textos *Sócrates Africano* e *Minha vida* registram informações sobre essa época. A vida em família, o trabalho nas fazendas, no sistema de colonato nos cafezais paulistanos, o enfrentamento do racismo, a breve escolarização e o fascínio pela leitura, aparecem como temas centrais de um momento marcado por trajetórias instáveis e deslocamentos contínuos entre as pequenas cidades do interior mineiro e paulista.

O segundo período corresponde ao intervalo entre 1937 e 1948. Inicia-se com a migração para a capital paulista e encerra-se com a mudança para a favela do Canindé. Caracteriza-se pela atividade de empregada doméstica e a tentativa de firmar-se no campo da literatura como “poetisa negra”. O livro *Pedaços da fome* discute situações que conheceu ou experimentou de forma direta: a condição opressiva do trabalho de empregada doméstica, a habitação em cortiços e a crise da habitação no pós-guerra.

O terceiro período compreende o intervalo 1948-1964. Tem como marco inicial a mudança para a favela do Canindé e encerra-se com a fixação em definitivo na “chácara” em Parelheiros. Nesse momento observamos de forma mais direta as implicações dos livros no curso de sua vida. O projeto de deixara favela por meio da escrita foi colocado em prática. Entre os anos de 1960 e 1963 foram publicados os livros *Quarto de despejo*, *Casa de Alvenaria*, *Pedaços da fome* e *Provérbios*. Conheceu o sucesso e a exploração da imagem na mídia, experimentou as difíceis relações com o mercado editorial, foi assediada por diferentes pessoas e representantes de distintos segmentos sociais. Obteve dinheiro suficiente para deixar a favela, conheceu, porém, na mesma velocidade o retorno ao anonimato e a difícil luta pela sobrevivência.

O quarto período foi marcado pelas experiências transcorridas entre 1964 e 1977, quando passou a residir em Parelheiros. Lá produziu os últimos escritos e veio a falecer. Datam dessa época o livro *Diário de Bitita*, lançado postumamente, o romance inédito *O escravo* e as peças de teatro, também inéditas. Nesse período a vida pessoal tornou-se

reservada. Passou a depender financeiramente da renda propiciada pelos direitos autorais que chegavam do exterior. Uma pequena produção para a subsistência complementava o sustento da família. Algumas poucas informações sobre a nova vida da escritora somente circulavam esporadicamente na imprensa. Viveu em 1976 a breve expectativa de retorno ao sucesso com a reedição de *Quarto de despejo*, mas faleceu no ano seguinte, praticamente no anonimato.

Os temas da opressão e da liberdade são importantes fios condutores da narrativa carolinana. Podemos interpretar esta presença como a manifestação do profundo desejo de se libertar dos grilhões do racismo e da miséria que enfrentava na vida real. O fato de a liberdade permanecer no centro das atenções permite concluir que, do ponto de vista dos negros das primeiras décadas do século passado, o ato formal da abolição da escravidão não criou de fato condições para o exercício da cidadania. A grande maioria padeceu em silêncio sob as penosas experiências de trabalhadores livres nas metrópoles. Carolina foi uma exceção em um aspecto. Conseguiu documentar a própria trajetória por meio da escrita e, mesmo inconscientemente, emprestou sua voz para entoar o canto de sofrimento dos silenciados.

Bibliografia

- ANDREWS, George R. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. São Paulo, EDUSC, 1998.
- BERND, Zilá. *Negritude e literatura na América Latina*, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987.
- _____. *Introdução à literatura negra*. São Paulo, Brasiliense, 1988.
- BERND, Zilá (org.) *Poesia negra brasileira. Antologia*. Porto Alegre, AEG Editora, 1992.
- BONDUKI, Nabil. “Crise de habitação e a luta política no pós-guerra”. In: KOWARICK, Lúcio (org.). *As lutas sociais e a cidade*. São Paulo e Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. *Cidade de Muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo, EDUSP/Ed. 34, 200.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo, Ática, 1978.
- JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo. Diário de uma favelada*. São Paulo, Francisco Alves, 1960.
- _____. *Quarto de despejo. Diário de uma favela*. São Paulo, Ed. Ática, 19998, 7ª ed.
- _____. *Casa de Alvenaria. Diário de uma ex-favelada*. São Paulo, Francisco Alves, 1961.
- _____. *Diário de Bitita*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.
- _____. *Antologia pessoal*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1996.
- _____. *Meu estranho diário*. São Paulo, Xamã, 1996.

- _____. *Obrigado senhor vigário*, mimeo, s/d.
- _____. “Minha vida”. In: MEIHY, José Carlos Sebe & LEVINE, Robert. *Cinderela negra. A saga de Carolina Maria de Jesus*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1994.
- _____. “Sócrates Africano”. MEIHY, José Carlos Sebe & LEVINE, Robert. *Cinderela negra. A saga de Carolina Maria de Jesus*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1994.
- KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808-1850*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- LAJOLO, Marisa. “A leitora no quarto dos fundos”. In: *Leitura Teoria & Prática*. São Paulo, jun. 1995, ano 14, n. 25.
- _____. “Poesia no quarto de despejo, ou um ramo de rosas para Carolina”. Jesus, Carolina Maria & Meihy, José Carlos Sebe B. (org.) *Antologia pessoal*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1996.
- LEVINE, Robert. “Um olhar americano”. In: MEIHY, José Carlos Sebe & LEVINE, Robert. *Cinderela negra. A saga de Carolina Maria de Jesus*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1994.
- LIENHARD, Martin. *La voz e su huella: escritura e conflicto étnico-social em América Latina (1942-1988)*. Ciudad de La Habana, Casa de las Américas, 1990.
- _____. “La représentation de l’oralité populaire ou marginale dans des textes modernes d’Amérique Latine et d’Afrique lusophone”, *Versants*, 30, pp. 9-29, 1996.
- MAINGUENEAU, Dominique. *O contexto da obra literária. Enunciação, escritor e sociedade*. São Paulo, Martins Fontes, 1995.
- MEIHY, José Carlos Sebe & LEVINE, Robert. *Cinderela negra. A saga de Carolina Maria de Jesus*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1994.
- _____. “O inventário de uma certa poetisa”. In: MEIHY, José Carlos Sebe B (org.) *Antologia pessoal*. Rio de Janeiro, Ed. UFR, 1996.
- _____. “Os fios do desafio: o retrato de Carolina Maria de Jesus no tempo presente”. In: SILVA, Vagner Gonçalves. *Artes do corpo*. São Paulo, Selo Negro Edições, 2004.
- PATAI, Daphane. *Brasilian women speak*. New Brunswick, Rutgers University Press, 1988.
- REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL, nº 82, 1942.
- ROLNICK, Raquel. “São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política”, In: Kowarick, Lúcio (org.). *As lutas sociais e a cidade*. São Paulo e Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- SILVA, José Carlos Gomes. *Os sub-urbanos e a outra face da cidade. Negros em São Paulo, cotidiano, lazer e cidadania*. Dissertação de mestrado, Unicamp, 1990.
- _____. “Negros em São Paulo: espaço público e cidadania”. In: NIEMEYER, Ana Maria e GODOI, Emília P. (orgs.). *Além dos territórios*. São Paulo, Mercado de Letras, 1998.
- VOGT, Carlos. “Trabalho, pobreza e trabalho intelectual (O Quarto de despejo de Carolina Maria de Jesus)”. In: SCHARCZ, Roberto. *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1983.